

A crise chega aos colégios

por Daniela Chiaretti
de São Paulo

No mês de dezembro, o anfiteatro do tradicional Colégio Campos Salles é alugado quase todas as noites a escolas das proximidades que ocupam 700 assentos para realizarem suas festas de formatura. Com esta fórmula simples, o estabelecimento consegue obter entre Cr\$ 300 mil e Cr\$ 400 mil a cada evento e, assim, reduzir seus custos, além de obter recursos para bancar mais bolsas de estudo ou diminuir a anuidade que cobra de seus alunos.

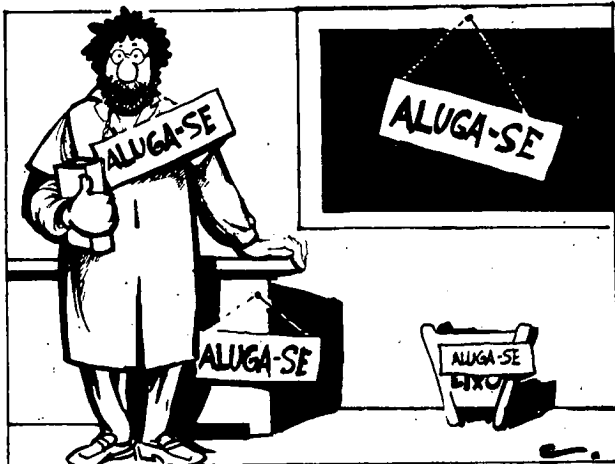
O exemplo desta escola, que comemora sessenta anos de existência, está proliferando. A maioria dos colégios particulares do estado vem passando por dificuldades já há dois anos, fechando seus balanços em vermelho, comprimidos entre fortes custos operacionais e receitas reduzidas. Como consequência natural, o nível do ensino está comprometido e as escolas particulares correm o risco de fechar, pressionadas pela concorrência dos estabelecimentos estaduais. "As escolas particulares estão dispensando seus profissionais e admitindo outros de menor gabarito, mas que pesam menos no orçamento", explica Chafic Jábali, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo.

CAMPANHA

A entidade, no entanto, esforça-se em restabelecer a imagem dos estabelecimentos particulares. Quatrocentos outdoors invadiram o estado na virada do ano com a inscrição: "A escola particular forma as boas cabeças deste País". "É o primeiro passo no sentido de valorizar estes estabelecimentos", diz Jábali. O custo da primeira fase da campanha — cerca de Cr\$ 15 milhões — foi rateado entre os associados do sindicato. Ao todo são 5.700 estabelecimentos, desde escolas para crianças, cursos de línguas e dança e cursinhos preparatórios para o vestibular. Deste total, 2.400 são escolas privadas de primeiro e segundo graus.

REAJUSTES

Por trás desta investida, no entanto, está a preocupação de se alterar o esquema que controla as taxas de reajuste das anuidades escolares. De fato, os reajustes são definidos pelos Conselhos Estaduais de Educação, ligados às Se-



cretarias de Educação. Para o primeiro semestre deste ano, por exemplo, as escolas só poderão reajustar suas mensalidades — até junho — em 59% da semestralidade anterior. Este índice corresponde a 80% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC — acumulado nos últimos seis meses (75,3%). "Só que 70% da receita das escolas é gasta com folhas de pagamento que compreendem o corpo docente e o pessoal administrativo", explica Jábali. "E os outros 30% sobem espantosamente", completa Jorge Barifaldi Hirs, diretor do Colégio Bandeirantes.

"Fica evidente que o reajuste das anuidades não pode ser nem igual nem inferior ao reajuste salarial porque, de outra forma, ocorre uma defasagem muito grande entre receitas e despesas", continua o diretor do Bandeirantes. "Escolas são empresas. Podem sobreviver um ano ou dois em vermelho. Depois, fecham", prossegue Hirs.

Exatas 132 escolas fecharam no Estado de São Paulo em 1982. No ano seguinte, outras 240 morreram, sem contar os cursos que foram fechados, diz Jábali, do sindicato. "Esta indexação só prejudica as escolas particulares. O melhor seria deixar os reajustes a cargo de cada um. A lei da oferta e da procura faria o resto", explica Jábali.

Com ele concorda o professor José Roberto Elias, coordenador do departamento pedagógico da Associação Brasileira de Educação e Cultura, que congrega doze escolas no País, entre as quais o conhecido Colégio Arquidiocesano, um dos mais antigos de São Paulo. "Estamos sendo obrigados a fazer ginástica", ironiza o professor.

Jábali afirma que cerca

de 70% das escolas, pressionadas pelo achatamento dos salários dos pais de seus alunos, sequer chegam a aplicar o reajuste máximo permitido pelo estado. "Elas correm o risco de perder alunos", registra. Isto se refere principalmente às escolas localizadas em bairros periféricos.

DIFICULDADES

Por um lado, o aumento

das mensalidades é defasado em relação aos custos. Por outro, está havendo uma diminuição no número de alunos que passam para escolas particulares de nível mais baixo, mas com preços mais acessíveis. E, em último caso, são matriculados em escolas públicas. "A situação é crítica. Estamos fazendo das tripas coração", ilustra Argemiro Pasetto, diretor do Liceu Acadêmico de São Paulo, localizado no Brás e frequentado pela população mais carente. A escola teve de levantar um empréstimo bancário para pagar o 13º salário de seus funcionários. E, para minimizar os custos com a escola no orçamento familiar, começou, desde o ano passado, a conceder pagamentos parcelados em seis meses.

Esta prática é seguida pelo Bandeirantes há vários anos. O colégio também está sofrendo perda de alunos. Possuía 3.500 há alguns anos. Hoje, deve chegar a pouco menos de 3.000 alunos matriculados. Esta diminuição provocou uma redução de turmas e o colé-

gio rescindiu o contrato de 11 de seus 109 professores.

Jábali, no entanto, não acredita que esteja existindo uma evasão da classe média para as escolas gratuitas. A confirmar esta tese, o Colégio Wellington da Freguesia do O, está observando uma procura maior por matrículas, em relação à demanda do ano passado. "Está havendo um grande fluxo de alunos de outros bairros que estudavam em escolas mais caras", explica seu diretor, Wellington Folster. "É uma procura descendente", diz ele.

Diante deste quadro pouco animador, as escolas particulares têm procurado novas fontes de renda. Além de alugar seus auditórios e salões de festas, alugam quadras nos fins de semana e salas de aula, diz Jábali. Algumas como o Colégio Campos Salles mantêm-se pela tradição e caráter inovador. Em 1984, por exemplo, a escola instalou um curso de processamento de dados. "Temos de acompanhar o mercado", explica Roberto Alonso, assessor financeiro da escola.